

ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO DA POPULAÇÃO EM GEOGRAFIALuana Caroline Kunast Polon¹

Resumo: *A discussão apresentada por meio do presente artigo teve como intenção discutir alguns elementos fundamentais quanto à questão populacional no âmbito da Ciência Geográfica. Diversas são as questões que possibilitam uma visão da complexidade dos estudos da população, e fundamentam as análises na Geografia, visando fornecer subsídios para diversos outros debates que são pertinentes à Geografia, como a questão agrária, urbana, econômica, dentre outras. Assim, refletir acerca dos elementos que constituem a problemática demográfica é relevante para conceber uma visão geográfica que abarque a complexidade do fenômeno populacional. Deste modo, o presente artigo teve como pretensão discutir de forma teórica os elementos demográficos, sem abarcar toda complexidade e todas as problemáticas que envolvem a questão, fornecendo subsídios para uma reflexão teórica acerca do tema. Neste sentido, é de fundamental importância a compreensão do papel do geógrafo na análise e contextualização dos dados refletidos por meio dos métodos de estudo demográfico.*

Palavras-chave: População. Geografia. Debate teórico.

ELEMENTS FOR DISCUSSION OF POPULATION IN GEOGRAPHY

Abstract: *The discussion presented by this article had as objective to discuss some important elements as the population issue in the context of Geographic Science. Diverse are the issues that make possible a view of the complexity of population studies, and underpin the analysis in Geography, aiming provide subsidies for many other debates that are relevant to Geography, how the agrarian question, urban, economic, among others. So, reflect upon the elements which constitute the problematic demographic is relevant to conceive a geographical view that involves the complexity of population phenomenon. That way, this article had the pretension discuss theoretically the demographics elements, without cover all the complexity and all the issues surrounding the issue. In this sense, it is of crucial importance the comprehension of the geographer's role in analysis and contextualization of data reflected by the demographic study methods.*

Key Words: Population. Geography. Theoretical debate.

ELEMENTOS PARA DISCUSIÓN DE LA POBLACIÓN EN GEOGRAFÍA

Resumen: *La discusión presentada a través del presente artículo tuvo como intención discutir algunos elementos fundamentales en cuanto a la cuestión poblacional en el ámbito de la Ciencia Geográfica. Diversas son las cuestiones que posibilitan una visión de la complejidad de los estudios de la población, y fundamentan los análisis en la Geografía, buscando proporcionar subsidios para diversos otros debates que son pertinentes a la Geografía, como la cuestión agraria, urbana, económica, entre otras. Así, reflexionar acerca de los elementos que constituyen la problemática demográfica es relevante para concebir una visión geográfica que abarque la complejidad del fenómeno poblacional. De este modo, el presente artículo tuvo como pretensión discutir de forma teórica los elementos demográficos, sin abarcar toda complejidad y todas las problemáticas que envuelven la cuestión, proporcionando subsidios para una reflexión teórica acerca del tema. En este sentido, es de fundamental importancia la comprensión del papel del geógrafo en el análisis y contextualización de los datos reflejados por medio de los métodos de estudio demográfico.*

Palabras clave: Población. Geografía. Debate teórico.

Introdução

¹ Professora da Rede Municipal de Ensino de Chapecó, SC. Mestre em Geografia (UNIOESTE, M.C.R., 2014), Especialista em Neuropedagogia (Alfa Umuarama, 2013), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (São Braz, 2018) e Graduada em Licenciatura em Geografia (UNIOESTE, M.C.R., 2011). Integrante dos Grupos de Pesquisa: Ensino e Práticas de Geografia (ENGEO) e Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional. E-mail: luanacaroline.geografia@gmail.com

A população foi vista, em Geografia, por muito tempo como um conjunto de dados estatísticos capazes de serem classificados e quantificados. Todavia, George (1978, p. 07), em livro escrito e publicado na década de 1960, na França, já admitia que “a população do mundo, embora sendo uma realidade aritmética em mutação permanente, é também uma abstração geográfica, econômica e social”. No contexto, sob intensa influência do pensamento determinista, a questão da população era considerada complexa, pois as diferenciações naturais implicavam em desigual distribuição de renda, determinando geograficamente as condições de sobrevivência das populações. Essa visão foi questionada e refutada principalmente pela visão do possibilismo, o qual entendia que o homem era parte fundamental na compreensão das transformações ocorridas no meio, uma vez que possuía condições de atuar, conforme suas necessidades, alterando sua realidade geográfica.

Apesar dos avanços apresentados no âmbito da Ciência Geográfica no decorrer do tempo, algumas tendências se perpetuam e disseminam até o momento contemporâneo, especialmente em relação aos métodos utilizados nas pesquisas sobre população. A coleta de dados numéricos acerca da população ainda é uma prática muito comum, especialmente se tratando de órgãos oficiais de coleta de informações. Esses dados são elementos fundamentais que embasam as pesquisas geográficas, seja em relação ao contexto do urbano, do rural, do econômico, dentre outras. No entanto, as abordagens geográficas não apenas se debruçam nos números encontrados, mas ampliam os debates em uma lógica de racionalidade crítica, própria dos debates contemporâneos da Geografia. Assim, a Geografia pode, através dos dados encontrados, sistematizar informações, promover debates construtivos, perceber de forma crítica os problemas relativos à questão demográfica e, se possível, apontar soluções ao que foi encontrado no contexto do estudo.

A Geografia evoluiu em conformidade com os vários contextos históricos pelos quais passou, influenciada pelos pensadores dos respectivos contextos. No campo dos estudos populacionais, a Geografia, por meio de seu arcabouço teórico e conceitual, oferece um amplo conjunto de conhecimentos técnicos para aqueles que planejam estratégias de desenvolvimento, especialmente quando a abordagem analisa a população enquanto “reserva disponível de recursos humanos” (SCARLATO, 2014, p. 383). No entanto, quando as abordagens incluem uma visão crítica acerca do fenômeno populacional, precisam também considerar questões mais amplas, como a mobilidade da população em um dado território, bem como as implicações deste fenômeno.

Assim, entende-se que ambas as abordagens, tanto a numérica-estatística, quanto a crítica-reflexiva, são importantes e não se excluem. E neste sentido, o presente texto debate,

ainda que não de modo a esgotar a discussão, os principais métodos e fórmulas de análise da composição populacional, prioritariamente no âmbito das questões geográficas, percorrendo brevemente sobre estas, e incluindo nelas sua funcionalidade e principais problemas. Cabendo ainda uma análise do papel da Geografia e do geógrafo na construção destes conhecimentos, e como estes se apresentam limitados quando abordados de forma única e isolada do pensamento crítico. Assim, entende-se que os elementos da dinâmica populacional são de extrema relevância, desde que considerados de forma contextualizada segundo os processos sociais.

Este artigo, portanto, não apresenta um tema inovador no campo da ciência, nem sugere uma abordagem diferente daquelas já conhecidas. Realiza, no entanto, uma revisão e retomada das teorias já conhecidas no meio científico, apresentando-as de forma clara e despretensiosa. A leitura do artigo apresenta uma possibilidade de reflexão sobre as questões demográficas, sempre tão importantes para várias áreas do conhecimento, especialmente para a Geografia. Pensar a questão populacional é sempre um processo necessário e importante, principalmente quando se entende que o mundo está em permanente mudança, e com ele mudam as pessoas, mudam os modelos sociais e as concepções teóricas e formas de pensar essas dinâmicas. De tempos em tempos, discutem-se novamente as teorias demográficas, as quais aparecem como formas de justificar um pensamento predominante naquele momento histórico. E não conhecer estas teorias é permitir que a incerteza e as falsas interpretações legitimem um pensamento que talvez não tenha relação alguma com as ideias originais do autor. Por isso, pensar a população é um exercício de reflexão, mas também de crítica.

População em Geografia: Elementos para Análise

Diversos são os aspectos relevantes quando a questão demográfica é abordada no âmbito da Ciência Geográfica. Dentre os principais conteúdos que permeiam as discussões e embasam as análises estão as teorias demográficas, representadas principalmente pelas Teorias Malthusiana, Neomalthusiana e Reformista. As teorias em questão foram constituídas em consonância com momentos históricos específicos e que teoricamente forneciam as bases necessárias para fundamentar as afirmativas. No entanto, foram também questionadas e refutadas por pensadores que visualizavam a problemática populacional sob ângulo diverso. As teorias demográficas não se limitam às três citadas, no entanto, torna-se relevante explicar, ainda que não abarcando toda complexidade do tema, as teorias em questão.

A Teoria Malthusiana tem como expoente Thomas Robert Malthus, um economista inglês, cujo pensamento ainda é, de forma mais ou menos direta, reproduzido por grupos sociais. Apesar de ser sido cunhada no final do século XVIII, mais precisamente em texto escrito no ano

de 1798, a abordagem malthusiana, como ficou conhecida a teoria de Thomas Malthus, permanece como uma das mais importantes teorias demográficas já criadas, fundamentando estudos e pesquisas no mundo.

A Teoria Malthusiana tem como base a concepção de que a população mundial apresenta índice de crescimento representado por uma progressão geométrica (1, 2, 4, 8, 16, 32...), enquanto a taxa de crescimento dos alimentos produzidos no mundo não seguiria esta mesma lógica, mas sim uma progressão aritmética (1, 2, 3, 4, 5, 6...). Neste sentido, haveria uma discrepância em relação ao crescimento populacional e a produção alimentícia, gerando um problema alimentar em nível mundial, uma vez que os alimentos não seriam suficientes para abastecer os mercados consumidores, afetando boa parte da população mundial. Em tese, a preocupação de Malthus era quanto ao fato de não haverem alimentos disponíveis para todas as pessoas, gerando com isso um problema complexo.

Malthus contradizia os chamados socialistas utópicos, especialmente aqueles que pensavam na situação da Inglaterra em fins do século XVIII e início do século XIX, os quais afirmavam que os problemas sociais enfrentados pela Inglaterra no contexto em questão eram baseados na desigual distribuição de renda, apontando que a solução seria uma sociedade igualitária, minimizando assim os efeitos da miséria vivida por boa parte da população naquele momento histórico, tendo em vista as altas taxas de desemprego, no contexto da substituição da manufatura pela maquinaria, o despontar do industrialismo.

Malthus, no entanto, afirmava que a “miséria seria, na verdade, um obstáculo positivo, que atuou ao longo de toda a história humana, para reequilibrar a desproporção natural entre a multiplicação dos homens – o crescimento populacional – e a produção dos meios de subsistência – a produção de alimentos” (DAMIANI, 2015, p. 13). Desta forma, Malthus, seguindo uma visão darwinista, tratava a miséria como um problema naturalizável, fruto de um processo evolutivo, o qual era necessário para que houvesse um equilíbrio entre a população e os alimentos produzidos, justificando assim sua teoria do crescimento geométrico e aritmético. A miséria seria o próprio processo de seleção entre os indivíduos que teriam condições de sobreviver, e aqueles que estariam destinados ao fim. Assim, para Malthus, a miséria seria algo necessário para continuação do equilíbrio mundial.

A Teoria Malthusiana foi amplamente questionada e refutada pela Teoria Reformista, cujas bases estão calcadas nas teorias de Karl Marx. Ao contrário do pensamento de Malthus, que naturaliza e justifica a condição da pobreza humana, o pensamento marxista entende que a pobreza não se limita à escassez de recursos para sobrevivência, mas compreende a impossibilidade de alguns grupos sociais de se apropriar dos meios de subsistência por meio do

seu trabalho, uma vez que no sistema capitalista a finalidade de todo processo produtivo é o lucro. O lucro advindo da exploração da mão-de-obra é revertido em mais capital, favorecendo a concentração de renda, e não a subsistência do trabalhador. Neste sentido, a questão da miséria da população não se restringe apenas a produção de alimentos, mas sim a questão da inadequada distribuição dos recursos existentes. As desigualdades econômicas seriam as bases dos problemas sociais (DAMIANI, 2015).

A Teoria Reformista entende que a superpopulação é causada pela situação da pobreza, sendo o desemprego um dos principais fatores para produção desta categoria. A questão central, neste sentido, é quanto à já demonstrada capacidade de produção alimentar suficiente em termos mundiais, tendo-se em vista a quantidade de terras produtivas disponíveis ao longo do globo. No entanto, a concentração de renda em mãos de poucos, visando a exploração da mão-de-obra dos muitos restantes, é o que sustenta este sistema desigual, fazendo com que boa parte da população mundial viva em um estado de subprodução e subconsumo.

A Teoria Neomalthusiana preserva muitas características do pensamento de Malthus, muito embora tenha sido pensada em relação aos países subdesenvolvidos no contexto pós Segunda Guerra Mundial. Conforme esta teoria, entende-se que “até certo limite, portanto, o crescimento da população seria um fenômeno positivo. Abaixo desse limite, estaria comprometida a capacidade vital dos países em questão” (DAMIANI, 2015, p. 21). Neste sentido, para que as condições sociais sejam favoráveis a todos, segundo esta visão, torna-se necessário que haja um equilíbrio populacional, sendo necessário para tal um rigoroso controle da fecundidade e natalidade, especialmente em relação aos países considerados subdesenvolvidos. A teoria é refutada pelos pensadores marxistas, pois também não leva em consideração a questão da exploração do trabalho e da má distribuição de renda.

Para além das teorias que permeiam a questão demográfica, e que por sinal são bastante complexas, existem importantes elementos interpretativos e que permitem o conhecimento acerca das características dos locais. Estes elementos são denominados de "indicadores sociais". Os indicadores são conceitos e dados que permitem o conhecimento da realidade social de um dado território. São considerados como indicadores sociais, principalmente, o crescimento vegetativo; as taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade; as taxas de mortalidade infantil; a expectativa de vida e os índices de envelhecimento populacional; as projeções populacionais e a noção de superpopulação. Dentre estas, existem outras categorias que possibilitam análises demográficas, as quais são utilizadas por órgãos diversos para caracterizar as populações.

O crescimento vegetativo é um dado de fundamental importância para compreender a composição populacional de um dado local. Esse índice se refere às diferenças encontradas entre

as taxas de natalidade e as taxas de mortalidade de uma delimitação territorial, podendo ser ela um país. Esse índice é caracterizado segundo três vertentes, sendo elas um caráter positivo, que corresponde a um número de nascimentos maior do que um número de mortes em um dado período, em um local específico. O índice em questão pode ser também negativo, o que representa que o número de mortes registradas foi maior do que o número de nascimentos registrados em um dado período e local. E ainda, pode ser nulo, quando há uma equiparação entre a quantidade de nascimentos e de mortes no mesmo período e local.

A partir do índice de crescimento vegetativo, diversas análises podem ser traçadas, visando compreender quais as motivações que delimitam os índices em positivo, negativo ou nulo. Assim, uma nação que tenha o crescimento vegetativo negativo, muito provavelmente terá em um período futuro um cenário de população idosa, podendo já no tempo presente pensar em estratégias para comportar as necessidades deste grupo populacional. Isso acontece pois há um número de nascimentos menor do que o número de pessoas que têm falecido neste local, gerando, portanto, um contexto de poucas crianças e pessoas jovens dentro de algum tempo.

Assim, o índice de crescimento vegetativo possui condições de definir as políticas públicas governamentais, gerando condições de suprir com os anseios da sociedade que tem sido constituída. No entanto, é relevante levar em consideração que estes dados não são imutáveis, uma vez que fenômenos diversos podem desestabilizar esses dados, por exemplo, a implantação de uma grande indústria no local de análise, levando à um processo de adensamento populacional, devido aos muitos trabalhadores que possivelmente migrariam para a região em questão, fenômeno este que irá alterar os dados obtidos até o acontecimento citado.

Indicadores que estão intensamente relacionados com o crescimento vegetativo são as taxas de fecundidade, natalidade e mortalidade. Como taxa de fecundidade é entendido o “número de crianças com menos de 5 anos de idade ao número de mulheres em idade reprodutiva” (DAMIANI, 2015, p. 36). Ou seja, o número médio de filhos que uma mulher teria ao final de sua idade reprodutiva. Esse dado está relacionado com as condições sociais de um local, sendo um exemplo disso o Brasil, onde juntamente com a melhoria das condições de vida da população nas últimas décadas, o índice também tem reduzido. Assim, a inclusão da mulher no mercado de trabalho, o acesso à métodos contraceptivos, e o próprio fenômeno da urbanização – que fez com que as famílias não sentissem mais a mesma necessidade de mão-de-obra do que nos ambientes rurais – são fatores que auxiliaram na diminuição da referida taxa. No entanto, vale ressaltar que estes são apenas alguns elementos motivadores.

Já a taxa de natalidade é o índice que corresponde ao número de nascimentos num determinado ano, multiplicando-se este dado por mil. Após encontrado o número, ele é dividido

pela quantidade de população total durante o período de um ano. Essa fórmula padrão é utilizada com a finalidade de se conhecer os índices de natalidade de um local e período específicos. Esse índice, bem como os demais, é passível de emitir dados equivocados sobre a composição de uma dada sociedade, uma vez que “o índice aproximado da natalidade é insuficiente, porque deixa de levar em consideração a composição das idades e dos sexos da população” (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p.138). Assim, uma população com altos índices de pessoas idosas, por exemplo, pode transmitir a impressão de ser pouco reprodutiva, quando na verdade as pessoas desta sociedade já não se encontram mais em período fértil. Juntamente com a taxa de fecundidade, os índices de natalidade permitem que se conheça, ainda que não abarcando toda complexidade da composição social, um pouco de como essa dada sociedade se organiza e reproduz.

Outro importante dado a ser considerado nos estudos demográficos diz respeito à taxa de mortalidade, a qual analisa os índices de mortes registrados em uma determinada população. “Este é calculado dividindo-se o número de óbitos, em determinado ano, pela população nesse mesmo ano, e multiplicando-se o resultado por mil” (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p. 89). O índice de mortalidade é um dado que merece atenção em termos de análises geográficas, uma vez que ele é amplamente influenciado pelas condições de vida da população estudada, especialmente se tratando das condições sanitárias e de alimentação. Esse dado, por si só, também não expressa toda complexidade da população analisada, pois não considera as idades da composição demográfica.

Por exemplo, em tese é esperado que uma sociedade com mais pessoas idosas apresente maior índice de mortalidade, mas isso não é considerado no cálculo básico. Há uma tendência de que em países menos desenvolvidos haja uma população mais jovem, pois, os índices de fecundidade e natalidade ainda podem se encontrar bastante altos. Enquanto em países mais desenvolvidos há um evidente envelhecimento populacional, refletindo em indicadores relativos à população economicamente ativa (PEA), gerando possíveis políticas de incentivo à imigração, visando suprir às necessidades de mão-de-obra.

Os dados de mortalidade infantil também são extremamente importantes para que seja possível conhecer, ainda que não de forma total, a composição demográfica de uma sociedade. Os altos índices de mortalidade infantil estão relacionados com a condição de vida precária da população, especialmente aquela residente em países menos desenvolvidos. “Muitos autores consideram que a taxa de mortalidade infantil é especialmente sensível aos dramas sociais vividos pela população. Essa taxa é calculada multiplicando-se por mil o número de crianças com menos de um ano, que morreram em determinado ano, e dividindo pelo número de crianças

nascidas vivas, nesse mesmo ano” (DAMIANI, 2015, p. 31). Dentre os fatores que influenciam nos índices de mortalidade infantil estão os socioeconômicos, sanitários e os progressos na medicina, bem como o acesso à tratamentos de saúde. O controle de doenças, especialmente por meio das vacinas, é um fator importante a ser considerado neste sentido.

Um importante dado, e que auxilia os gestores públicos no planejamento de estratégias demográficas, é o índice de expectativa de vida, também chamado de esperança de vida. Esse índice está amplamente relacionado com as condições de qualidade de vida da população, uma vez que demonstra, por meio de dados estatísticos, o número médio de anos que um sujeito irá viver a partir de seu nascimento. Este dado leva em consideração os índices de mortalidade observados na população estudada. Esse índice influencia, especialmente, o tipo de sociedade que deverá ser construída para que no futuro a população tenha qualidade de vida. Assim, uma população que alcança uma idade bastante avançada, precisa de atendimento específico para sua realidade física e social.

Um exemplo hipotético, uma dada sociedade na qual os indivíduos alcançam idades acima de 80 anos em média, onde supõem-se que haja uma excelente qualidade de vida da população, influencia os gestores a pensarem em políticas para comportar toda essa população e suas particularidades, como locais e situações de ócio, atendimento à saúde, amparo em situações de risco, etc. Supõem-se ainda que nesta população os índices de fecundidade e natalidade sejam baixos, o que se traduz novamente em políticas públicas, como a cautela ao construir creches, escolas e espaços para crianças, uma vez que em um tempo futuro, os níveis de crianças nesta sociedade serão reduzidos. Assim, cabe, em teoria, a constituição de políticas voltadas para os idosos. Certamente que isso não é uma regra, mas apenas um exemplo simples.

O envelhecimento populacional é uma realidade a ser considerada, especialmente em países desenvolvidos, nos quais a expectativa de vida é mais elevada. Esse fenômeno ocasiona diversas modificações na composição populacional dos países nos quais ele ocorre, sendo um exemplo disso o fator da imigração. Torna-se necessário compreender que o homem é um ser em movimento, e que se desloca pelo espaço quando influenciado por diversos fatores, como os de ordem econômica, religiosa, política, cultural, problemas demográficos (inchaço populacional, especialmente nos centros urbanos), violências diversas, por catástrofes naturais ou problemas socioambientais ocasionados por motivações variadas.

No contexto das migrações internacionais, duas categorias principais podem ser destacadas: as migrações permanentes e temporárias. As migrações permanentes se caracterizam por “um rompimento completo com o país natal e um mergulho no centro de um ambiente inteiramente novo” (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p. 193). No entanto, esse tipo de migração

não se estabelece de forma totalmente natural, mas no seio de diversas dificuldades encontradas no âmbito da pessoa que migra, como as limitações em termos da questão linguística, os obstáculos culturais no cotidiano e a própria condição de imigrante, por vezes tão denegrida na sociedade contemporânea. Mas o país destino do migrante também pode enfrentar dificuldades em relação ao fenômeno migratório, as quais podem ser temporárias e facilmente resolvidas, ou penosas a longo prazo aos gestores públicos.

Um exemplo hipotético disso é uma possível situação de emigração ocasionada por uma catástrofe natural em um país menos desenvolvido economicamente. Uma boa parte desta população pode sentir-se impulsionada a migrar para outro local com melhores condições de trabalho e vida, levando consigo seus familiares. O país escolhido como destino, possivelmente um com melhores índices de desenvolvimento, terá que escolher entre receber ou não os imigrantes, cabendo ao Estado flexibilizar ou enrijecer as fronteiras nacionais. Vale ressaltar que a permanência do imigrante depende muito das condições que ele encontrar no novo local, mas para o momento, ele possivelmente terá decidido por uma migração permanente, tendo em vista a degradação ocasionada em seu país de origem.

O fenômeno migratório também pode ter um caráter temporário, que se caracteriza pela indecisão do emigrante entre deixar sua pátria ou ficar apenas por um determinado período de tempo ausente desta. “Partem por um período de tempo mais ou menos prolongado para um país que lhes permita ganhar a vida e, se possível, acumular dinheiro suficiente para a volta” (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p. 195). Estes sujeitos se beneficiam temporariamente das melhores condições dos locais para onde se deslocam, posteriormente voltando e até investindo o dinheiro ganho em sua terra natal. Essa situação é bastante comum em locais onde as condições de trabalho e estudo são precárias aos jovens, devendo estes buscar desenvolver essas atividades em outros locais, sendo que muitos destes retornam para seus locais de origem posteriormente. Assim, o migrante temporário é aquele que não tem pretensão de mudar sua pátria, quando se falando no âmbito das migrações internacionais. As mesmas situações são aplicáveis ao contexto das migrações internas.

O fenômeno das migrações guarda em si um processo muito significativo de degradação humana, uma vez que “o trabalhador que entra num processo demorado e patológico de reinclusão, que pode nem mesmo se concretizar, se degrada como pessoa, porque passa a ser um marginalizado, em termos de mercado, um consumidor marginal, que assim mesmo é essencial à reprodução do sistema econômico” (MARTINS, 2008, p. 124). Assim, esse migrante, que deixou seu local de origem por alguma motivação específica, fica sujeito às leis e regras de um novo local, no qual muitas vezes a cultura predominante é diferente da sua, seus elementos religiosos

talvez sejam alvo de preconceito ou rejeição (o que acontece muitas vezes com seguidores do islamismo, devido aos atentados terroristas que ocorrem em várias regiões do globo, muito embora não se restrinjam apenas ao âmbito religioso, mas sejam uma situação mais complexa), e ainda sofrem com o processo de inclusão econômico, porque são vistos como mão-de-obra, mas demoram um pouco mais até se constituírem em público consumidor relevante. Sendo que ainda, como comumente ocorre, acabam ocupando áreas marginalizadas nos centros urbanos, por vezes não conseguindo usufruir dos serviços básicos que a cidade oferece. Aliás, é justamente no âmbito da cidade que essas desigualdades e problemas sociais se mostram mais perceptíveis, pois “as cidades, crescentemente inigualitárias, tendem a abrigar, ao mesmo tempo, uma cultura de massa e uma cultura popular, que colaboram e se atritam, interferem e se excluem, somam-se e se subtraem num jogo dialético sem fim” (SANTOS, 2014, p. 327).

A ideia de superpopulação está relacionada com a questão migratória, mas não se esgota nesta. A questão da superpopulação é intrínseca ao próprio contexto do sistema capitalista, surgindo como contradição no âmbito deste modelo econômico. “O desenvolvido técnico e científico [...] leva a um crescimento demográfico” (DAMIANI, 2015, p. 75), fator este que se apresenta enquanto vantagem e problema no contexto do capitalismo. Isso ocorre porque o excesso populacional se caracteriza enquanto recurso humano apto ao trabalho, e quanto maior o índice de trabalhadores disponíveis no mercado, tão mais expressiva será a exploração da mão-de-obra destes. Os excedentes populacionais são essenciais para que a lógica do capitalismo continue a se perpetuar.

No entanto, esse excedente “potencializa os conflitos sociais e as formas de ruptura das estruturas econômicas e sociais existentes, principalmente ao atingir o universo carente dos países periféricos, pondo em questão a partilha imperialista do mundo” (DAMIANI, 2015, p. 75). Assim, a evidente desigualdade social, pode se apresentar enquanto risco do despertar consciente, especialmente pelas populações mais afetadas pela má distribuição de renda, colocando em patamar de instabilidade o discurso e a suposta credibilidade do sistema econômico.

Outro importante recurso de análise, especialmente no âmbito da Geografia, para que se possa conhecer a composição populacional de um dado local é o estudo das pirâmides etárias. As pirâmides etárias fornecem dados visuais que permitem visualizar as diferenciações na composição populacional ao longo do tempo em um local específico. Elas são, basicamente, gráficos que representam através de dados como idades e sexos, como a população está estruturada. As pirâmides, apesar de aparentemente simples, relevam vários aspectos relevantes para definição de políticas públicas direcionadas à melhoria de vida da população.

Alguns detalhes relevantes podem ser observados em uma pirâmide etária, como o fato de que as populações jovens se concentram na base da pirâmide. Portanto, quando maior for essa base, mais expressivas serão as taxas de fecundidade e natalidade. No centro da pirâmide estão contidas as informações sobre a população jovem e adulta, representando, portanto, a população economicamente ativa, índice conhecido pela sigla PEA, e que demonstra as quantidades de pessoas que estão habilitadas ao mercado de trabalho em uma dada população. A parte superior de uma pirâmide etária demonstra a população idosa do local analisado. Assim, quanto mais largo for o topo dessa pirâmide, maior será a expectativa de vida dessa população, representando, assim, um significativo dado de envelhecimento populacional. Essa realidade pode refletir também em índices baixos de fecundidade e natalidade.

Vale ressaltar que geralmente as pirâmides se apresentam compostas por duas cores, vermelho e azul, podendo variar em conformidade com o autor deste gráfico. Geralmente as mulheres são representadas ao lado direito da pirâmide, e os homens do lado esquerdo. Apesar de ser um padrão comumente seguido, é possível que existam variações, sendo imprescindível, portanto, uma legenda. Assim, são também uma base de dados organizada e que se torna útil nas pesquisas acerca da composição populacional. Especialmente em termos visuais, onde se torna possível perceber as transformações ocorridas no decorrer do tempo.

As pirâmides são formais pelas quais, no contexto da crítica, são obtidas informações relativas ao modo pelo qual uma dada sociedade organiza suas relações de trabalho. Essa informação é especialmente concebida por meio das análises da população economicamente ativa (PEA), a qual influencia nas condições do mercado de trabalho, mas também do mercado consumidor, de uma dada população. Quando há um estreitamento da parte central da pirâmide, ou seja, justamente onde estão concentradas as pessoas jovens e adultas de uma população, cria-se um risco de faltar pessoas aptas ao trabalho. Esse dado é influenciado, no entanto, também pelas condições da população, informações estas que não constam nas pirâmides. Por exemplo, uma população na qual existem altos índices de pessoas portadoras de doenças graves, deficiências físicas e mentais, mutilações ocasionadas por guerras, dentre outros.

Essa população, portanto, nas pirâmides aparece como supostamente apta ao mercado de trabalho, mas existem limitações funcionais que tornam esse dado uma ilusão. Outra questão relevante é que o dado representado na pirâmide não expressa o desenvolvimento econômico da nação analisada, pois uma população jovem não necessariamente caracteriza que todos estejam empregados e obtendo renda. E ainda assim, mesmo que haja um alto índice de empregados, isso não reflete uma igualitária distribuição de renda, sendo que boa parte da população

economicamente ativa talvez esteja vivendo em precárias condições de renda, fato este que as pirâmides não mostram.

Dentre os citados, diversos outros recursos podem ser utilizados para que seja possível o estudo de uma população. Cabe ressaltar que os recursos de análise demográfica demonstrados, ainda que brevemente, por meio desta reflexão, não abarcam toda complexidade da questão populacional. É elementar que os dados estatísticos não se constituam nos únicos recursos de estudo populacional no âmbito de uma Geografia representada pela criticidade nas análises que efetua. “Dentro de uma perspectiva mais crítica, a abordagem numérica revela-se insuficiente. Ela não nos permite conhecer as condições concretas de vida dos indivíduos” (SCARLATO, 2014, p. 384).

Assim, as informações estatísticas não precisam ser necessariamente descartadas das análises demográficas no contexto da Geografia, mas precisam ser refletidas e incrementadas pelo pensamento crítico, de modo que somente os números não demonstram toda a realidade da questão social. Nos dados não é possível se verificar a distribuição de renda, muito menos os problemas relativos à ocupação e apropriação do espaço urbano pelos variados grupos sociais. Nem mesmo as múltiplas violências cotidianas sofridas pelo migrante são transmitidas por meio de gráficos e tabelas, mas apenas a concretude dos números, como se o migrante fosse apenas mais um dado isolado.

Apesar disso, cabe destacar que a importância da demografia não pode ser descartada nas análises geográficas, pois

[...] na análise geográfica da população, a demografia, além de contribuir nos procedimentos de quantificação dos dados brutos de população, definiu material estatístico de cunho mais qualitativo, que teria auxiliado a Geografia na caracterização econômica, e no esclarecimento de tensões decorrentes das questões econômicas, no interior de marcos espaciais específicos (DAMIANI, 2015, p. 57).

Assim, as análises meramente reflexivas também encontram empecilhos em suas definições, especialmente quanto ao possível nível de abstração. Servindo, neste sentido, os dados numéricos como método de embasamento das reflexões práticas.

A realidade da composição social só é conhecida quando as análises se estendem para além dos dados informativos contidos em fórmulas pré-determinadas. Certamente que órgãos, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), promovem um trabalho importante com a realização dos Censos Demográficos, os quais são realizados oficialmente de dez em dez anos, mas para os geógrafos essa realidade expressa não se basta em si própria, pois não reflete a complexidade dos problemas encontrados. Os dados são base fundamental para o

conhecimento da forma pela qual a população, enquanto dado, se organiza no mundo, mas não abarca as interfaces contidas no seio da população. Portanto, a visão do geógrafo precisa ir além.

A desnaturalização da questão populacional desmistifica os interesses envolvidos nas políticas populacionais, por exemplo aquelas que envolvem as taxas de natalidade e os fenômenos migratórios (DAMIANI, 2015). Em termos apenas informativos, a questão populacional se torna vazia, sendo necessário, portanto, que as especificidades do homem sejam consideradas na análise. A produção do homem é parte fundamental da composição populacional, uma vez que “o desenvolvimento do ser humano compreende a relação do homem com a natureza e a relação entre os homens” (DAMIANI, 2015, p. 78). Esta sim se constituindo na função do pensamento geográfico, um pensamento voltado à compreensão das relações entre o homem e o meio, na construção do espaço geográfico. Assim, “as sociedades humanas existem e modificam-se, mas são também ativas em imprimir sua marca, com maior ou menor força, em seu próprio ambiente” (BEAUJEU-GARNIER, 1980, p. 05). Essas marcas deixadas pela humanidade, materiais ou imateriais, são aquilo que se será refletido no espaço geográfico, formando suas especificidades.

Há uma necessidade crescente de avançar no sentido de reconhecer a relevância dos estudos demográficos, mas acima de tudo, incluir as discussões pertinentes ao campo da Geografia da População. Entende-se que a primeira diz respeito às análises de cunho estrutural, percebendo as mudanças concretas, em termos de fórmulas e dados organizados, quanto ao caráter da população. Enquanto a segunda estaria vinculada aos estudos das formas pelas quais a população se distribui no globo, percebendo as influências naturais e sociais que motivam a forma pela qual as pessoas se deslocam, e onde estabelecem suas relações de vida. Assim, compreender o caráter meramente demográfico não é mais suficiente à Geografia, especialmente em um contexto de constantes transformações, no âmbito das quais as populações são elementos importantíssimos de análise, especialmente na Geografia.

Assim, entende-se que a demografia nos estudos geográficos, destaca-se por possuir um aprofundamento teórico significativo em relação aos números.

Ela é apresentada na Geografia como um auxiliar da Geografia da População [...] e a Geografia da População refere-se, de modo geral, ao primeiro capítulo dos tratados de Geografia Humana, precedendo as demais “geografias” [...] O número aparece como primeiro contato, que sugeriria um desencadeamento mais concreto e complexo (DAMIANI, 2015, p. 61).

Assim, para que se compreendam as demais problemáticas relativas aos estudos da Geografia, considerando-a como disciplina que integra o caráter físico e humano, torna-se

necessário considerar e compreender a questão populacional, e a demografia é uma aliada neste sentido.

Considerações finais

A reflexão apresentada por meio do presente artigo não tem por pretensão esgotar as discussões acerca da questão apresentada, nem mesmo aprofundar o debate em uma ou outra perspectiva, mas somente debater o sentido dos estudos da população por meio da descrição e reflexão sobre os principais recursos utilizados para compreensão da composição populacional. Os estudos demográficos são muito importantes para a Geografia, mas não se esgotam nesta, servindo para fins específicos, como a constituição de políticas públicas, com finalidades diversas. À Geografia não cabe descartar as teorias formuladas e aperfeiçoadas pela demografia, mas pensá-las segundo suas próprias concepções e análises, buscando integrá-las no campo de estudos da Ciência Geográfica.

Obviamente que no âmbito da Geografia Crítica, as análises de cunho numérico não se bastam em si próprias, pois à Geografia cabe a reflexão acerca da constituição do espaço geográfico, na qual estão inseridos diversos agentes e estruturas sociais. Assim, à Geografia interessa perceber as interfaces da sociedade, buscando relacionar o homem com seu meio, compreendidos de forma dialética, e agentes modificadores do espaço geográfico. Compreender o mundo não pode se restringir à dados estatisticamente estabelecidos, mas precisa permear os múltiplos conhecimentos e análises conquistados pela Ciência Geográfica até aqui, abarcando o caráter histórico e social das transformações ocorridas no espaço.

Já superada (pelo menos em tese) a dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana, entende-se que a população é fator de extrema relevância para compreensão das transformações ocorridas no espaço, sendo essencial a retomada dos conteúdos da Geografia da População nas discussões geográficas. Não mais vinculadas totalmente ao caráter demográfico, em se tratando de dados concretos, mas de forma a compreender como as populações se organizam, como estão estruturadas, como se deslocam pelo espaço, quais as implicações das transformações sociais na configuração do espaço geográfico. Essas discussões urgem no seio de uma Geografia da População, e que perpassa também o campo dos estudos demográficos, mas não se mantém retida apenas à esta, libertando o pensamento ao contexto reflexivo, próprio da Geografia Crítica. Como afirma Damiani (2015, p. 84), “o homem é uma possibilidade histórica”.

Referências

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia de População**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

DAMIANI, Amélia. **População e Geografia**. 10ª Ed. São Paulo: Contexto, 2015.

GEORGE, Pierre. **Geografia da População**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

SCARLATO, Francisco Capuano. População e urbanização brasileira. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 6ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2014.